

**Discurso para o Dia da Faculdade de Direito**  
***Sebastião Feyo de Azevedo, em 17 de dezembro de 2015***

Senhor Diretor da Faculdade de Direito, meu caro colega Professor Miguel Pestana de Vasconcelos

Senhor Presidente do Conselho de Representantes, Desembargador José Lameira

Senhor Presidente do Conselho Pedagógico, Professor José Neves Cruz

Demais membros dos órgãos de gestão da Faculdade de Direito

Senhor Desembargador, Professor Newton de Lucca

Senhora Presidente da Associação de Estudantes, Mafalda Morais

Estimados membros da Equipa Reitoral

Senhores diretores das unidades orgânicas e seus representantes

Prezados membros do Conselho Geral da Universidade do Porto

Demais membros dos órgãos de governo da Universidade do Porto

Senhor Administrador

Senhor Provedor

Cara diretora e caro diretor dos Serviços Autónomos

Caros docentes, investigadores e colaboradores da Faculdade de Direito

Caros estudantes e antigos estudantes

Ilustres representantes de instituições do ensino superior

Autoridades Cíveis e Militares aqui presentes

Ilustres convidados desta cerimónia, destacando o Senhor Professor Almeida e Costa, os Reitores José Novais Barbosa e José Carlos Marques dos Santos e o Senhor Dr. Fernando Aguiar Branco, grande amigo da Universidade do Porto

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A todos apresento os meus cumprimentos.

É com o maior gosto que participo neste Dia da Faculdade de Direito, em que comemoramos os 20 anos desta instituição. Tenho a honra de ser reitor de uma grande instituição, com uma missão e com valores universitários universais, de uma comunidade que se desenvolve, que concretiza essa missão através das suas faculdades, mas com uma dimensão global de valores e missão que transcende a soma das partes.

Mas, permito-me uma nota pessoal deste gosto de estar nesta Casa. No igual respeito que tenho por todas as faculdades, não posso deixar de ser sensível ao facto de estar numa Casa em que entrei pela primeira vez algures em outubro de 1970, e em que trabalhei durante 30 anos, até Setembro de 2000, data em que a FEUP se mudou para as suas novas e exemplares instalações do campus da Asprela. Lembro deste Salão Nobre as grandes reuniões de 1974, de fortíssima dialética democrática em busca de um modelo para Portugal, relembro na Sala de Conselho aqui ao lado, as dezenas de reuniões como membro do Conselho Diretivo provisório da FEUP e como presidente do departamento de engenharia química, ou ainda neste Salão Nobre a minha prestação de provas de agregação, um importantíssimo marco académico, em novembro de 1996. Em momento algum é este meu sentimento de propriedade, porque todo o excepcional património da Universidade é da Universidade. Hoje, este belo e naturalmente histórico edifício é de direito da Faculdade de Direito. Mas, tenho um doce sentimento de memória e contributo para a dignidade e progresso da Universidade, de trabalho dedicado que desenvolvi nestas instalações.

A Faculdade de Direito tem dado um contributo inestimável para esta vivência global da Universidade, contributo que deve ser reconhecido e valorizado. É nesta perceção do papel das Faculdades para a vida, para a missão da Universidade que entendo o Dia da Faculdade de Direito como uma excelente oportunidade para promover o sentimento de pertença à nossa comunidade académica, para refletir sobre os valores da Universidade do Porto, para valorizar com justiça o desempenho de docentes, investigadores, estudantes e funcionários da instituição, enfim, para olhar, sempre, para o futuro, certamente que inspirados nos ensinamentos do passado, mas com olhos de hoje postos no futuro.

Quero pois nesta comemoração felicitar a Faculdade de Direito pelos seus 20 anos de atividade e desejar aos seus dirigentes, docentes, investigadores, estudantes e funcionários os maiores sucessos pessoais e profissionais.

Quero em particular cumprimentar o seu Diretor Professor Miguel Pestana de Vasconcelos, deixando público o reconhecimento de uma relação exemplar com a Reitoria neste primeiro ano das suas importantes e complexas funções.

Aproveito para saudar os professores doutorados a quem hoje vão ser impostas as insígnias, não deixando também de agradecer a forma como contribuíram para a qualidade pedagógica e científica da Faculdade de Direito.

Por fim, quero dar as boas-vindas ao Senhor Desembargador, Professor Newton de Lucca, a quem agradeço a disponibilidade para apresentar a palestra a que vamos ter o privilégio de assistir. É uma honra e um prazer receber tão eminente jurista na Universidade do Porto.

A presença nesta cerimónia do Senhor Desembargador decorre da frutuosa cooperação da Faculdade de Direito com instituições congéneres do espaço ibero-americano, em particular instituições brasileiras. Para a Universidade do Porto, é muito importante o aprofundamento da cooperação com instituições brasileiras, tendo por base não apenas a comunhão histórica, cultural e linguística entre os dois países mas sobretudo a capacidade de iniciativa das respetivas comunidades académicas.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

A cerimónia de hoje é eminentemente festiva e há bons motivos para que assim seja. A Faculdade de Direito era um velho anseio da Universidade do Porto, da sua comunidade académica e da cidade que a acolhe. Datam de 1915, apenas quatro anos após a fundação formal da Universidade do Porto, os primeiros esforços para instituir a Faculdade de Direito, tendo o projeto sido sucessivamente inviabilizado por decisões políticas. Já no início da década de 90, altura em que o Senado cria a Faculdade de Direito ao abrigo da autonomia universitária, foi necessário aguardar cerca de três anos pelo despacho de autorização do Ministério da Educação.

Mas uma vez ultrapassado o seu cabo das tormentas, a Faculdade de Direito impôs-se rapidamente no exigente ensino das Ciências Jurídicas, graças sobretudo a um corpo docente credenciado e dinâmico. A Faculdade de Direito dispõe de massa crítica com experiência, competência e prestígio não só para garantir um ensino de qualidade como para refletir sobre as grandes questões jurídicas do nosso tempo e para produzir conhecimento passível de contribuir para um ordenamento legal mais progressista, inclusivo e dignificante.

Pelo conjunto de vicissitudes históricas que viveu, a Faculdade de Direito é ainda uma instituição relativamente jovem em comparação com a maioria das suas congéneres portuguesas, o que aliás se percebe da situação ainda não estabilizada da estrutura do seu corpo docente que apresenta assimetrias que importa resolver, com a brevidade que seja possível. No entanto, o facto de ser mais jovem e com menos tradições não constitui um constrangimento para a Faculdade de Direito. Pelo contrário, a relativa juventude desta Faculdade parece ser uma motivação extra para explorar novos caminhos não só no ensino das Ciências Jurídicas, designadamente ao nível da formação pós-graduada, como na investigação.

E assim parece que tem sido o caminho. A Faculdade tem sido inovadora nas atividades de investigação que desenvolve em diferentes ramos do Direito. Lembro a propósito que aqui foi criada a única Escola de Criminologia do país, cujos resultados tanto na vertente pedagógica como científica são reconhecidos nacional e internacionalmente. Saliento também o trabalho desenvolvido pelas três unidades de I&D da Faculdade de Direito. Quer o Centro de Investigação Jurídico-Económico, quer o Instituto Jurídico Interdisciplinar, quer ainda o

Instituto de Direito Privado, distinguem-se por novas abordagens às Ciências Jurídicas, pela aplicabilidade das suas pesquisas científicas e pela capacidade de diálogo com outros campos do conhecimento humano.

Não podemos deixar de apoiar a Faculdade de Direito neste seu esforço de gerar conhecimento através da investigação, contribuindo assim para o progresso do Direito em Portugal e para a afirmação da Universidade do Porto enquanto maior produtor de ciência do nosso país.

Por tudo isto, a Universidade do Porto reconhece com gosto e por razão de elementar justiça o percurso ascendente de qualidade da sua Faculdade de Direito. Podemos afirmar que, nestes 20 anos, esta Faculdade cumpriu de forma competente os seus objetivos estratégicos, em particular no que respeita à qualidade da formação, à relevância do seu contributo científico e à internacionalização das suas atividades académicas.

Sabemos bem o que significa para a Universidade do Porto a massa crítica, a capacidade de investigação e o potencial de interface com a comunidade que a Faculdade de Direito encerra. Por isso, certamente que continuamos a contar com a Faculdade de Direito, e que tudo faremos para proporcionar a esta unidade orgânica as condições essenciais para o êxito da sua missão estratégica.

Que mais 20 e 20 e 20 anos de sucessos pedagógicos e científicos se sucedam!

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Depois do impasse do último mês, Portugal tem finalmente um novo Governo. Isto significa que, em breve, seremos confrontados com a discussão pública, espera-se, sobre a política para o ensino superior a aplicar durante esta legislatura.

Por ora, importa dizer que as expectativas são muitas – não só foi criado um ministério exclusivamente dedicado às questões do ensino superior, da ciência e da tecnologia, como é conhecido que sempre defendi, como temos à sua frente um governante com grande conhecimento das matérias do ensino superior e da investigação e com experiência de governação nesta área.

Ainda sem conhecermos em concreto as ideias políticas do novo ministro, a Universidade do Porto manifesta desde já a sua total disponibilidade para colaborar com o novo Governo na definição e execução de um programa de desenvolvimento do ensino superior e da investigação. Hoje como ontem estamos imbuídos de um espírito de cooperação com os decisores políticos, tendo em vista a consensualização de soluções para os problemas do ensino superior e da investigação. No respeito hierárquico que como instituição pública nos é devido, é bem claro que a nossa ação se guiará pelo nosso entendimento dos superiores

interesses nacionais nesta área de atividade e naturalmente pelos interesses da Universidade do Porto.

Mas, exorto-os a que todos tenhamos os pés bem assentes na Terra. A que tenhamos visão de presente e de futuro.

Nas últimas legislaturas, a missão das instituições do ensino superior foi dificultada por fortes restrições financeiras, muitas exigências burocráticas, uma autonomia universitária mitigada e um regime jurídico cerceador das atividades académicas.

Que cenário para o futuro e que medidas podemos esperar ou inspirar ao governo?

É bem claro que os níveis de financiamento das nossas atividades se situam bem abaixo das exigências e dos padrões que observamos em instituições Europeias congéneres. Francamente, penso que o Sr. Ministro Professor Manuel Heitor, tem bom conhecimento e consciência desta realidade. Mas, dadas as dificuldades económicas do país e o excessivo endividamento do Estado, dificilmente os próximos anos trarão um aumento substancial das transferências públicas para o ensino superior. Há no entanto muitas outras medidas que podem contribuir para uma melhor governação, para a criação de ambientes mais favoráveis ao nosso desenvolvimento, e que estão para lá, são complementares, do reforço de verbas.

Importa desde logo reapreciar e reajustar um conjunto de processos iniciados em anteriores legislaturas, nomeadamente aprofundar o modelo jurídico das instituições do ensino superior, tão corajosa e lucidamente lançado pelo Ministro Mariano Gago, visitar o estatuto da carreira docente, promover a racionalização global e interna da oferta formativa das instituições, promover uma política de financiamento plurianual das universidades, rever a estratégia para a competitividade da nossa ciência, inovação e empreendedorismo, incluindo esse problema complexo que foi o da avaliação das unidades de investigação e deixando clara a centralidade das universidades nas políticas nacionais de formação pós-graduada e de investigação. O novo Governo deve reavaliar todas estas questões e contratualizar programas com as instituições do ensino superior, reforçando a autonomia das universidades sem deixar de auditar os seus procedimentos.

Esperemos que as exigências de acordos parlamentares que o governo terá que negociar com os partidos que o apoiam no Parlamento, não sejam barreiras às reformas que eu penso que são necessárias para que as nossas instituições do ensino superior e da investigação possam dar o salto qualitativo que está ao seu alcance com o seu atual potencial humano, patrimonial e material.

Os próximos anos afiguram-se pois pródigos em desafios para as instituições do ensino superior. Internamente, o complexo cenário que temos pela frente terá de ser ultrapassado com um bom planeamento estratégico e uma gestão responsável, rigorosa e transparente.

Neste sentido, está a ser concluído o Plano Estratégico da Universidade do Porto para 2016-2020.

Os princípios orientadores da nova estratégia são a consolidação de padrões de excelência nas várias áreas de intervenção da Universidade; o reforço da internacionalização; o incentivo à interdisciplinaridade; a promoção do desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade; a cooperação local, regional, nacional e internacional; a abertura ao exterior e uma maior intervenção na comunidade; e por fim a sustentabilidade económico-financeira da instituição.

Com base nestes princípios, e com as ações que esses princípios inspirem, pensamos poder ficar melhor preparados não só para enfrentar a cada vez mais intensa competição internacional entre universidades, como também para potenciar as oportunidades abertas pela globalização do ensino superior, pela mobilidade global dos recursos humanos e pelos recursos financeiros do programa Horizonte 2020.

Muito obrigado.

**11 de dezembro de 2015**

**Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP)**

**Sebastião Feyo de Azevedo, Reitor**